

Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

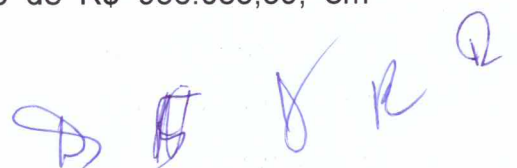
Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2020, na sede do Instituto de Previdência Municipal – IPREM, estivemos reunidos, para reunião ordinária do Conselho Fiscal, Pedro Monticeli, João Batista Ribeiro, Paulo Henrique Reis da Costa, Nicholas Ferreira da Silva, Roseane Denise Pereira Cimadon. A abertura da reunião foi feita pelo então presidente do Conselho, Nicholas Ferreira da Silva, dando início aos trabalhos, deu ciência sobre o ofício 158 de 2020, que trata do código de ética de política de segurança da informação do instituto. Todos conselheiros relataram que receberam o referido documento por email. O presidente Nicholas, informou também, que o instituto obteve a certificação nível 1 do pró-gestão, sendo relatado também pelo conselheiro a necessidade de realização de parecer do conselho fiscal em todas reuniões, conforme conversa informal com um dos auditores do conselho de certificação do pró-gestão. Dando sequência a reunião, foi apresentado a resposta da contadora Juliana Máris, sobre o questionamento realizado pelo conselheiro João da contabilização das perdas dos fundos de investimentos. Foi detalhado os lançamentos para perdas de investimentos, bem como a legislação que trata da matéria e pareceres da Secretaria da Previdência e Tribunal de Contas de Minas Gerais. O conselheiro presidente leu parte o ofício Gabinete 156/2020, de 26 de novembro de 2020, da Diretora Presidente do instituto, Fátima Belani, que trata sobre o cálculo atuarial do exercício de 2020. Foi verificado que o mesmo foi aprovado pelos vereadores e sancionado pelo Prefeito conforme Lei Municipal nº 6.317/2020, que possibilitará o equilíbrio financeiro e atuarial do instituto. Foi dado ciência que o conselho deliberativo e comitê de investimentos, aprovaram a política anual de investimentos do exercício de 2021. O item 3.5 da política de investimento menciona que o Diretor Financeiro, o Diretor Presidente e o Diretor de Contabilidade podem realizar movimentações financeiras com intuito de aproveitar oportunidades de curto prazo, desde que seja até o valor limite de até R\$ 10.000.000,00 e devidamente justificado. O conselheiro Paulo questionou como o comitê de investimento chegou neste montante. O servidor Anderson do instituto, explicou que o valor aprovado anteriormente de R\$ 20.000.000,00 era muito elevado e






chegaram ao entendimento que o valor atual era suficiente para rebalancear a carteira e para aplicação recuperável de fundos ilíquidos, era ideal para aproveitar oportunidades de investimentos que surgissem. Foi apresentado pelo presidente email impresso, encaminhado pela Diretora Presidente do Instituto que relata pedido de pagamento do valor relativo aos juros e multas dos repasses das contribuições pagas em atraso pelo executivo ao instituto durante o período do exercício de 2017 até maio de 2018. O conselho já se manifestou sobre este assunto outrora. A posição do conselho é reiterar ofício já encaminhado à Diretora Presidente, solicitando que sejam tomadas às providências legais e jurídicas cabíveis para solução da questão. A Diretora Presidente encaminhou um email relacionado a compensação previdenciária entre o RPPS e o RGPS, sobre uma cobrança do RGPS no valor de R\$ 1.003.000,00. O conselho tomou ciência do fato e irá solicitar mais informações para fins de acompanhamento. Apenas com o email não tem como analisar o assunto. Passando para análise dos balancetes a Diretora de Contabilidade do Instituto, informou que não foi possível o envio devido à implantação do novo sistema contábil no instituto. Os processos de aposentadorias não foram encaminhados pelo instituto para análise do conselho. Foi constatado que as contribuições previdenciárias da Prefeitura, do Ipem e da Câmara, foram recolhidas dentro do prazo legal. Relatamos também que o Ipem recolheu no mês de dezembro às guias previdenciárias do 13º salário. Quanto aos investimentos foi verificado desempenho positivo da carteira líquida do instituto, que fechou o mês de novembro com uma rentabilidade de R\$ 12.465.417,62. Os fundos ilíquidos obtiveram uma rentabilidade negativa de R\$ 3.874.657,78, devido a um fato relevante ocorrido nos fundos Terra Nova e Cecília, referente a reprecificação negativa dos ativos BITN11 (Bittenpar), XMAS11 (Xmasseto) e MINV11 (M.invest). Houve uma reprecificação dos ativos da empresa Bittenpar, justificada por uma provisão de perdas nos ativos, estavam avaliados em cerca de R\$ 200.000.000,00, e o laudo contratado pela Véritas verificou que o preço do ativo é de R\$ 40.000.000,00. Quanto a empresa Xmasseto, houve uma assembleia geral de debenturistas solicitando uma antecipação da debenture, sendo constatado uma provisão de devedores duvidosos de 70%. Por fim, a empresa M Invest, entrou em falência em setembro de 2019, portanto não há expectativa de recuperação desse ativo. Os conselheiros também verificaram que no mês de novembro houve uma recuperação de R\$ 956.085,59, em



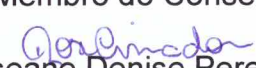
amortizações dos fundos Illuminati Fidic, São Domingos e Monte Carlos Institucional. Na análise da rentabilidade acumulada dos últimos 12 meses, constatou que os fundos líquidos acumularam um total de 6,32% e os ilíquidos -15,46%. Quanto ao enquadramento o instituto possui percentual de alocação superior ao permitido em dez fundos ilíquidos, não enquadrados na Resolução 3922 e acima do máximo previsto na PAI de 2020. O comitê informou que esses fundos estão impossibilitados de efetuarem resgate, pois são fundos estressados. Após análise do parecer e do relatório do comitê de investimentos, os conselheiros aprovaram a conformidade dos investimentos do Iprem do mês de novembro de 2020. O conselho analisou aleatoriamente dois processos de dispensa, número 33/2020 e 35/2020, os quais, suas contratações, estão amparadas pelo Setor Jurídico do instituto. Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 17h, sendo lavrada por mim a presente ata, assinada por todos os Conselheiros presentes.

  
Nicholas Ferreira da Silva  
Presidente do Conselho Fiscal

  
João Batista Ribeiro  
Membro do Conselho Fiscal

  
Paulo Henrique Reis da Costa  
Secretário do Conselho Fiscal

  
Pedro Monticeli  
Membro do Conselho Fiscal

  
Roseane Denise Pereira Cimadon  
Membro do Conselho Fiscal

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal aprova as alocações de investimentos efetuadas durante o mês de novembro de 2020, pois foram devidamente fundamentadas pelo Comitê de Investimentos do IPREM.

O Conselho também verificou que os investimentos realizados no mês de novembro de 2020 são aderentes à Política de Investimentos do IPREM/2020 e obedecem aos limites estabelecidos pela Resolução 3.922/2010 e suas alterações, conforme relatórios emitidos pelo Comitê de Investimentos do IPREM.

O Conselho Fiscal recomenda que sejam tomadas providências legais e jurídicas com relação às dívidas de multas e juros de mora das contribuições pagas em atraso pela Prefeitura Municipal.

Os demonstrativos contábeis não foram apresentados, tendo em vista que à alteração contábil do sistema do instituto, ficando prejudicada à análise dos mesmos.

Pouso Alegre, 17 de dezembro de 2020.



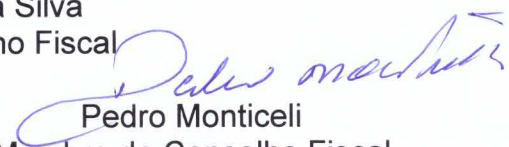
Nicholas Ferreira da Silva  
Presidente do Conselho Fiscal




João Batista Ribeiro  
Membro do Conselho Fiscal



Paulo Henrique Reis da Costa  
Secretário do Conselho Fiscal



Pedro Monticeli  
Membro do Conselho Fiscal



Roseane Denise Pereira Cimadon  
Membro do Conselho Fiscal